

O AMIGO DO POVO



Jornal das Lutas Populares e da revolução Social

ANO III | Edição extra | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil, 22 de abril de 2024

Saudações ao Acampamento Terra Livre!

Os povos indígenas do Brasil se reunirão em Brasília entre os dias 22 e 26 de abril para mais um Acampamento Terra Livre (ATL) com o lema “Nosso Marco é Ancestral, sempre estivemos aqui!”. São 20 anos de realização do ATL, um momento histórico de unificação das lutas indígenas. São mais de 500 anos de resistência contra o colonialismo e o capitalismo que até hoje ameaça a vida e o território dos povos originários. O Marco Temporal é, sem dúvida, a maior ameaça. O atual governo Lula-Alckmin faz um jogo duplo, oportunista, no discurso diz uma coisa mas na prática segue favorecendo o latifúndio e os projetos capitalistas que atacam os direitos indígenas e camponeses. O Marco Temporal foi aprovado com enorme apoio da base do governo que compõe a bancada ruralista. Além disso, diversos projetos econômicos (rodovias, ferrovias, mineração, agronegócio, etc.), sob a articulação do Novo PAC, estão em curso para beneficiar as classes dominantes e o imperialismo. É importante entender que o governo atual serve aos interesses dos ricos e, por isso mesmo, é inimigo dos povos. Nesse ATL conclamamos os povos a lutar com independência frente ao governo, sem ilusões com a farsa eleitoral, se organizando e unificando as lutas para retomar a terra e a liberdade para o povo.

**VIVA A RESISTÊNCIA ANCESTRAL DOS POVOS INDÍGENAS!
NÃO AO MARCO TEMPORAL E A FARSA ELEITORAL!**

O Novo PAC de Lula: ameaça para os povos, benefício para os capitalistas e latifundiários

Por Érico.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi apresentado pela primeira vez no segundo mandato de Lula, em 2007. Na ocasião, foram anunciados R\$ 503,9 bilhões em obras para as áreas de infraestrutura energética, de saneamento, habitação, recursos hídricos e sobretudo de transportes. A quarta versão do programa de Lula mantém a prerrogativa do “crescimento econômico, o desenvolvimento social e a melhoria na qualidade de vida da população”. O programa disporá de 1,7 trilhão de reais em investimentos públicos e privados, sendo que 371 bilhões serão aplicados do orçamento público até o ano de 2026.

Buscando retomar e finalizar obras inacabadas desde a primeira edição do programa, o Novo PAC agora se apoia na política internacional da transição energética [agenda 2030], como parte do pacote de investimentos que visam o “desenvolvi-



mento econômico sustentável”, no seu sentido mais genérico. A geração de empregos também é uma grande expectativa do governo, no qual se espera a criação em torno de 4 milhões de postos de trabalhos direta e indiretamente ligados ao programa.

Ferrovias para as elites agrárias

Após o Plano Safra que injetou 364 bilhões de reais em crédito para médias e grandes empresas agropecuárias, o Novo

PAC segue a lógica do fortalecimento das elites do agronegócio. O programa prevê investimentos para a modernização e avanço da infraestrutura de transportes exclusivamente para a exportação de grãos e minérios. Para tornar mais econômico e lucrativo aos latifundiários de estados como o Mato Grosso, Goiás e Rondônia, o governo subsidiará obras como a Ferrogrão. Esta ferrovia que ligará Sinop, no norte de MT a Marabá, município no oeste do Pará dividirá terras indígenas, e apresenta grandes riscos socioambientais. A região de traçado da ferrovia adentra uma das regiões onde há mais conflitos territoriais na Amazônia, como em Altamira e Itaituba, ambas no Pará.

Outras obras, como a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), a de Integração Oeste-Leste (FIOL) e a Transnordestina, fazem parte dos destinos de

investimentos bilionários que impulsionarão os latifúndios, enriquecerão empresários do setor agrário e empresas multinacionais, ao mesmo tempo, intensificará os conflitos por terra, aprofundará a pobreza no campo, provocando a expulsão de camponeses e populações rurais tradicionais.

Destruição ambiental e desalojamentos

A pauta da transição energética que agora pega ar no governo Lula e surge como tendência do capitalismo verde, não está distante dos trágicos resultados das edições anteriores do PAC. Vale lembrar que pelo mesmo programa de governo, obras como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (RO), a construção da Usina de Belo Monte (PA) ou a Usina de Estreito (TO) tiraram o sustento e desalojaram centenas e milhares de ribeirinhos, pescadores, indígenas e camponeses, prejudicando também ecossistemas locais e a dinâmica ambiental das áreas afetadas e adjacências.

Partindo do mesmo princípio do crescimento econômico, são falsas as premissas que se utilizam da pauta da diminuição de emissão de poluentes para a geração de energia, uma vez que as obras são voltadas não com finalidade maior a melhoria da vida das populações mais pobres, mas para viabilizar a instalação e consumo de fontes de energia por parte de complexos industriais.

Indústria bélica e agrado aos milicos

Na continuação dos investimentos e das suturas em que Lula faz com setores poderosos, outra área de injeção de recursos significativa vai para a indústria da guerra. Com o orçamento exclusivo do fundo público, serão destinados à Defesa cerca de 53 bilhões. Esse montante inimaginável se junta com o recurso de 126 bilhões de reais em orçamento válido para o ano de 2023. Segundo o ministro José Múcio, a prioridade de Lula é investir em projetos que foram deixados de lado na gestão de Bolsonaro, que é militar. Não o bastante, Lula pretende aumentar as receitas para as Forças Armadas, tentando aumentar a verba repassada aos milicos de 0,2% para 1,5% em relação ao PIB. ■

**Matéria publicada originalmente (com pequenas alterações) no Jornal O Amigo do Povo, nº7.*

Massacre de Guapo'y: A resistência ancestral Guarani Kaiowá escancara a farsa eleitoral

Por Anarquistas em Dourados (MS)

No dia 24 de junho de 2022, após retomada de terra ancestral dos Guarani Kaiowá conhecida como Guapo'y Mirin Tujury, na proximidade da Reserva Indígena de Amambai, Mato Grosso do Sul, a Polícia Militar realiza despejo ilegal contra os indígenas provocando o que ficou conhecido como Massacre de Guapo'y. Na ocasião, o Batalhão de Choque da PM do MS deixa dezenas de feridos/as, inclusive crianças – entre elas, um menino de 12 anos com exposição de suas vísceras após tiro de fuzil de um helicóptero. Além dos feridos, Vitor Fernandes Kaiowá, de 42 anos, foi assassinado brutalmente com dois tiros de fuzil.

O Massacre, aplaudido pelo nazista Antonio Carlos Videira, secretário de segurança pública do MS, foi também consequência da ocupação criminosa das terras indígenas por latifundiários, em específico Waldir Candido Torelli, proprietário da fazenda ocupada – e inúmeras outras terras, que juntas somam mais hectares do que toda a Reserva de Amambai – e ligado a grandes redes de exportação e acumulação capitalista internacionalmente – a empresa Marfrig e exportação de grãos como soja e milho transgênico para países da Europa, Ásia e EUA são exemplos. Poucos dias após o Massacre, Márcio Moreira, guerreiro Kaiowá da mesma retomada foi assassinado em uma emboscada.

Ao mesmo tempo, ocorre a retomada de Kurupi, no município de Naviraí, também atacada pela Polícia Militar. A comunidade foi alvejada por semanas por pistoleiros e fazendeiros. Os Guarani Kaiowá, desde o início de 2022 realizaram diversos avanços de retomadas, a exemplo de Laranjeira Nhanderu, em março, despejada ilegalmente; da vitoriosa retomada de Jopara, em Taquaperi, noticiada neste jornal após assassinato do companheiro Alex Lopes; a retomada de Guapo'y Mirin Tujury e a retomada de Kurupi. No caso de Guapo'y, os Guarani Kaiowá organizam no dia 28 de junho de 2022 uma marcha fúnebre em direção à fazenda que haviam ocupado, retomando novamente a área e expulsando

os seguranças privados com uma ofensiva massiva de mais de 2000 pessoas, que carregaram o caixão de Vitor Fernandes aos gritos de “Retomada!” e mostraram aos carrascos do Estado colonial a força coletiva capaz de derrubar os novos bandeirantes e senhores do engenho com a flechada certa da luta popular.

Enquanto isso, políticos e patrões, serviçais do imperialismo e donos dos latifúndios que rasgam as terras do MS, preparavam suas candidaturas para as eleições de 2022, apoiados e financiados pelos financiadores do massacre. Entre os candidatos para o governo do estado no MS, estão por exemplo Eduardo Riedel (PSDB) e André Puccinelli (MDB), assim como Tereza Cristina (DEM) para o senado, todos donos de inúmeras fazendas na região e figuram como principais articuladores do leilão da resistência em 2013, quando os sindicatos rurais e latifundiários do estado se juntaram para leiloar bois para comprar armas e contratar seguranças privados para assassinar indígenas. Outros candidatos, como Nelsinho Trad, estão vinculados à gigantescos esquemas de corrupção envolvendo a JBS. Ainda, Capitão Contar (PRTB) surge representando o segmento militar e Giselle Marques (PT) o velho desenvolvimentismo de seu mandatário Vander Loubet (PT), defensores da Nova Ferroeste e da Rota Bioceânica, grandes projetos de infraestrutura que afetarão diretamente territórios Guarani Kaiowá e dos outros 9 povos indígenas do MS, assim como terras quilombolas e assentamentos.

Nas últimas eleição de 2022, os candidatos partilhavam sangue em suas mãos e a união de interesses comuns: governar para as elites latifundiárias deste país. Dos governos estaduais ao governo federal, clamamos ao povo que NÃO VOTE, e se organize para construir a grande rebelião que irá derrubar os gestores do Estado colonial e capitalista. A conivência dos candidatos com o Massacre de Guapo'y deve ser denunciada, na medida em que todos eles atuam para enriquecer os bolsos dos financiadores do massacre. ■

**NEM PERDÃO, NEM ESQUECIMENTO!
ABAIXO A FARSA ELEITORAL, E VIVA A OBSTINADA RESISTÊNCIA
INDÍGENA PELA RETOMADA DE SEUS TERRITÓRIOS ANCESTRAIS!
MORTE AO LATIFÚNDIO!**

**Matéria publicada originalmente (com pequenas alterações) no Jornal O Amigo do Povo, nº3.*